



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cb9f2d94-3b3d-423d-ac76-b3d3ec9d7aca

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

**PROCESSO TC Nº:** 17100265-9

**TIPO DE PROCESSO:** Prestação de Contas - Gestão

**UNIDADE JURISDICIONADA:** Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz

**EXERCÍCIO:** 2016

**RELATOR:** Dirceu Rodolfo de Melo Júnior

**UNIDADE FISCALIZADORA:** Inspeção Regional de Petrolina - IRPE

**EQUIPE TÉCNICA:**

0925 - João Carlos Camilo Carlini Neto



## SUMÁRIO

### 1. INTRODUÇÃO

### 2. ACHADOS DE AUDITORIA

#### 2.1. IRREGULARIDADES

2.1.1. [A1.1] Não adoção da alíquota sugerida na avaliação atuarial da parte patronal e do custo suplementar, bem como não houve cobrança por parte da Gestora do FUNPRESC para que o Prefeito adotasse a alíquota do cálculo atuarial.

2.1.2. [A2.1] As contribuições patronais e do custo especial, da Prefeitura, do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social não foram recolhidas integralmente

2.1.3. [A2.2] Repasses das contribuições previdenciárias ao RPPS efetuados com atrasos e sem os devidos encargos (cota servidor, patronal e custo especial)

2.1.4. [A3.1] Irregularidade no atendimento ao MPS em auditoria indireta no prazo, no Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Consistência e Caráter Contributivo, nos Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - encaminhamento à SPPS, nos Demonstrativos Contábeis, no Equilíbrio financeiro e atuarial - encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises.

2.1.5. [A5.1] A Prefeitura Municipal de Santa Cruz atrasou, sistematicamente, os repasses referentes aos Termos de Parcelamento e deixou de repassar algumas parcelas

#### 2.2. CONFORMIDADES

2.2.1. [A2.3] Providências quanto à cobrança administrativa das contribuições não recolhidas pelo Poder Executivo

2.2.2. [A4.1] As despesas Administrativas do FUNPRESC obedeceram ao limite legal de 2%.

2.2.3. [A6.1] Aplicações dos recursos do FUNPRESC estão de acordo com as Resoluções n.ºs. 3.922/2010 e 4.392/2014 do Conselho Monetário Nacional e com a LRF

2.2.4. [A7.1] As despesas foram realizadas atendendo os aspectos da legalidade, impessoalidade, publicidade e economicidade.

### 3. CONCLUSÃO

#### 3.1. RESPONSABILIZAÇÃO

3.1.1. Quadro de Detalhamento de Achados, Responsáveis e Valores Passíveis de Devolução

3.1.2. Dados dos Responsáveis

### APÊNDICES

AP.1. PARCELAS NÃO REPASSADAS DOS TERMOS DE PARCELAMENTO

AP.2. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NÃO REPASSADAS

AP.3. CONTRIBUIÇÕES REPASSADAS EM ATRASOS

AP.4. PARCELAS PAGAS DOS TERMOS DE PARCELAMENTO



## 1. INTRODUÇÃO

Foi realizada Análise de Prestação de Contas de Gestão no(a) Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz, relativa ao exercício de 2016, cujo processo foi autuado sob o nº 17100265-9, tendo por objetivo:

*Verificar se as contribuições previdenciárias devidas pela Prefeitura, Fundos e Câmara, parte do servidor, parte patronal e parte do custo especial, referentes ao exercício de 2016, foram devidamente enviadas ao RPPS e dentro dos prazos. Verificar a devida obtenção do CRP. Verificar se as despesas administrativas ficaram dentro do limite previsto pela legislação vigente. Verificar se as parcelas referentes ao Termos de Parcelamento estão sendo repassadas integralmente e dentro dos prazos. Verificar a correta aplicação dos recursos financeiros do RPPS.*

## 2. ACHADOS DE AUDITORIA

Concluída a Auditoria, foram identificados os achados de auditoria relacionados nos itens a seguir.

### 2.1. IRREGULARIDADES

**2.1.1. [A1.1] Não adoção da alíquota sugerida na avaliação atuarial da parte patronal e do custo suplementar, bem como não houve cobrança por parte da Gestora do FUNPRESC para que o Prefeito adotasse a alíquota do cálculo atuarial.**

#### Situação Encontrada:

A Lei Federal nº 9.717/98, em seu artigo 2º (e também o art. 24 da Orientação Normativa da Secretaria de Políticas de Previdência Social nº 01/07) estabelece que a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores, não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.

Por seu turno, o § 1º do art. 149 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, exige que os Estados, Distrito Federal e os Municípios instituem contribuição, cobrada de seus servidores, cuja alíquota não será inferior à contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União (atualmente fixada em 11%).



Verificando os Anexos XI-A, (Documento 32), Demonstrativos de Recolhimentos das Contribuições Previdenciárias do RPPS e as folhas de pagamento da Prefeitura, obteve-se a seguinte tabela descrevendo as bases de cálculos, as contribuições patronais, as contribuições retidas dos servidores e as contribuições do aporte. Com essas informações, chegou-se as alíquotas praticadas pelo ente, conforme abaixo:

Demonstrativo enviado pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz					
Meses	Base de Cálculo	Servidor	Ente + Custo Especial	% Servidor	% Ente + Custo Especial
Janeiro	581.710,08	63.988,26	94.818.84	11,00%	16,30%
Fevereiro	574,916.23	63,463.58	94,041.36	11,00%	16,30%
Março	578,687.96	63,655.85	95,367.50	11,00%	16,30%
Abril	577,081.29	63,479.10	94,064.39	11,00%	16,30%
Maiο	661,889.68	72,807.94	107,887.95	11,00%	16,30%
Junho	663,495.24	73,153.93	108,149.72	11,00%	16,30%
Julho	667,143.73	73,385.86	108,744.43	11,00%	16,30%
Agosto	666,755.45	73,343.17	108,681.14	11,00%	16,30%
Setembro	631,073.00	69,417.94	102,864.90	11,00%	16,30%
Outubro	624,004.60	68,640.43	101,712.75	11,00%	16,30%
Novembro	633,409.61	69,678.38	103,245.77	11,00%	16,30%
Dezembro	630,180.04	69.308,68	102,703.18	11,00%	16,30%
13º Salário	641,569.29	70,572.48	104,403.81	11,00%	16,30%
TOTAL	8,131,916.20	894,895.60	1,326,685.74		

**Obs.: Verificou-se que os valores demonstrados para a parte patronal se referem a 13,30% da parte patronal e 3,00% da parte do custo especial.**

As alíquotas de equilíbrio definidas pelo Parecer Atuarial nº 072/2016 do Fundo Previdenciário de Santa Cruz, data-base 31/12/2015 (Documento 33) item 2.2, tabela 4, foram as seguintes:



Contribuinte	Custo Normal	Custo Suplementar (Especial)
Ente Público	18,15%	42,29%
Servidor ativo, Aposentado e Pensionista	11,00%	0,00%

O atuário, através do Parecer Atuarial nº 072/2016 (Documento 33), com data-base 31/12/2015, deixou como recomendação, no item 3, letra “b”, para o exercício de 2016, para o Município de Santa Cruz a alíquota de 29,15% (18,15% do Ente e 11,00% dos servidores) do custo normal, mais 42,29% do custo especial.

Na letra “e”, do mesmo item, o Atuário, acrescentar que: “Na *impossibilidade* de alterar a alíquota vigente pela calculada nesta Avaliação Atuarial, por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, pode-se deixar como sugestão o quadro seguinte...” (grifou-se), o Atuário deixou como sugestão a alíquota Patronal de 13,30% e a do custo especial de 3,00%.

Observa-se, pelo demonstrado acima, que o Município adotou a alíquota de 13,30% para a patronal e 3,00% para o custo especial sem, contudo, comprovar a impossibilidade de adotar os percentuais de 18,15% e 42,29% respectivamente, inicialmente sugeridas pelo Atuário.

Diante do que foi apresentado anteriormente, a alíquota patronal e a alíquota do custo especial, sugeridas no Parecer Atuarial (Base dezembro de 2015 – Exercício 2016) – Documento 33 – e resumido no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA 2016, não foram adotadas.

Observou-se, também, que a Gestora do FUNPRESC não adotou as medidas necessárias, na cobrança administrativa, para que o Prefeito adotasse as alíquotas sugeridas no cálculo atuarial.

#### **Critério(s) de Auditoria:**

- Constituição Federal, Art. 149, §1º;
- Lei Federal, Nº 9717/1998, Art. 2º;
- Orientação Normativa, Ministério da Previdência Social, Nº 1/2007, Art. 24;
- Portaria, Ministério da Previdência Social, Nº 403/2008, Art. 13, §2º;
- Resolução, Tribunal de Contas do Estado, PE, Nº 26/2015, Estabelece normas relativas à composição das contas do exercício de 2015 dos Presidentes das Mesas Diretoras da Câmaras Municipais e dos gestores dos órgãos e entidades integrantes da administração direta e indireta municipal..



### Evidência(s):

- Relatório de Avaliação Atuarial de dezembro de 2015 para o exercício de 2016 (Documento 31);
- ANEXOS XI-A, B e C da Resolução TC nº 26/2015. (Documento 32).

### Responsável(is):

- **Nome:** Gilvan Sirino de Almeida (Prefeito)

#### Conduta:

Como representante legal do Ente Federativo (Prefeitura), não envidou esforços para aplicar as alíquotas sugeridas no DRAA 2015 e no Relatório de Reavaliação Atuarial no exercício de 2015.

#### Nexo de Causalidade:

A não aplicação das alíquotas de custeio compromete a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo Previdenciário de Santa Cruz.

- **Nome:** Neumiranda Marinho Guimarães (GERENTE)

#### Conduta:

Não adoção de medidas necessárias, na cobrança administrativa, para que o Prefeito adotasse as alíquotas sugeridas no cálculo atuarial.

#### Nexo de Causalidade:

A não aplicação das alíquotas de custeio compromete a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo Previdenciário de Santa Cruz.

### 2.1.2. [A2.1] As contribuições patronais e do custo especial, da Prefeitura, do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social não foram recolhidas integralmente

### Situação Encontrada:

O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Cruz - FUNAP foi criado em 26/09/2005 pela Lei Municipal nº 224/2005 (Documento 40).

A Lei Municipal nº 224/2005 instituiu o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Santa Cruz, Estado de Pernambuco e denominou de FUNAP. Revogou a Lei nº 176/2002, de 30/07/2002, onde previa que os servidores do Município de Santa Cruz seriam regidos pelo Regime Geral de Previdência Social.

A Lei Municipal nº 386/2014, de 20/08/2014 (Documento 41), reestruturou o RPPS de Santa Cruz, revogando a Lei nº 224/2005 e adequando o RPPS de Santa Cruz às alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 41/2003, 47/2005 e 70/2012 e alterou a denominação do Fundo para FUNPRESC.



O artigo 57, inciso I previa que os servidores contribuíssem com 11% (onze por cento), enquanto que o inciso III previa que a parte patronal fosse 11% (onze por cento).

O § 5º, do artigo 57 da Lei Municipal nº 386/2014 prevê que as contribuições serão creditadas até o dia dez do mês subsequente ao mês de competência.

O § 6º estabelece que “sobre as contribuições mencionadas no § 5º, não creditadas na conta do FUNPRESC no prazo mencionado, incidirá multa de dois por cento e juros à razão de um por cento ao mês, calculado sobre o débito atualizado pelo INPC da Fundação Getúlio Vargas ou pelo índice que vier eventualmente a substituí-lo, até a data do seu efetivo pagamento”.

A Lei Federal nº 9.717/98, em seu artigo 2º, (e também o art. 28 da Orientação Normativa da Secretaria de Políticas de Previdência Social nº 02/2009) estabelece que a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.

Ainda assim, o Regime Próprio deve adotar alíquotas que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema de previdência.

Para o exercício de 2016, o Decreto Municipal nº 009/2015 (Documento 42) fixou a alíquota Patronal em 13,30%, a alíquota do Custo Suplementar (especial) em 3,00% e em 11,00% a alíquota dos Servidores.

Através da análise das folhas de pagamento, Demonstrativos de Recolhimentos – DR, Anexos XI, (Documentos 43), tabelas das contribuições patronais elaboradas pelo auditado (Documento 44) e tabelas do Apêndice II verificou-se que:

- a) Todas as contribuições retidas dos servidores da Prefeitura, Câmara, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social foram repassadas ao FUNPRESC;
- b) As contribuições retidas dos servidores do FMAS e repassadas ao FUNPRESC se deram todas dentro do prazo estabelecido pela municipal nº 386/2014;
- c) As contribuições retidas dos servidores do FMS foram repassadas ao FUNPRESC com atrasos sistemáticos;
- d) As contribuições retidas dos servidores da Câmara foram repassadas integralmente ao FUNPRESC e se deram dentro do prazo, exceto a contribuição do mês de outubro que foi repassada com atraso. A data do repasse foi 25/11/2016, enquanto que o prazo máximo seria 10/11/2016;
- e) As contribuições retidas dos servidores da Prefeitura foram repassadas ao FUNPRESC com atrasos sistemáticos;





f) As contribuições patronais, acrescidas do custo suplementar (especial), referentes aos meses de janeiro a maio de 2016, foram todas repassadas pela Prefeitura, FMS e FMAS ao FUNPRESC. No entanto, todas essas contribuições foram repassadas com atrasos pelos três Órgãos;

g) As contribuições patronais e do custo suplementar, referentes aos meses de junho até novembro não foram repassadas ao FUNPRESC, pela Prefeitura, FMS e FMAS, e foram alvo do Termo de Parcelamento nº 1048/2016, de 14/12/2016, cujo valor consolidado foi de R\$ 735.721,64 e a primeira parcela a ser paga seria no dia 30/12/2016, no valor de R\$ 12.262,03. No entanto, conforme registrado no item próprio desse relatório, não houve pagamento da primeira parcela;

h) As contribuições patronais e do custo suplementar da Câmara foram repassadas integralmente ao FUNPRESC. No entanto, houve atraso no repasse do mês de outubro, onde o repasse se deu no dia 25/11/2016 e o prazo seria 10/11/2016;

i) O Decreto Municipal nº 009/2015 (Documento 42) fixou a alíquota patronal em 13,30%. No entanto, a Câmara contribuiu com o percentual de 13,12%, conforme demonstrado no Anexo XI-B (Documento 45).

As tabelas do apêndice II demonstram os valores devidos, benefícios pagos diretamente por Órgão, valores líquidos a repassar, valores repassados e valores que não foram repassados, pela Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Câmara de Vereadores.

Excluindo os valores referentes às contribuições do mês de dezembro e do 13º salário, uma vez que a obrigação de repassar somente é no exercício seguinte, conclui-se que a Prefeitura Municipal de Santa Cruz, Fundo Municipal de Saúde e Fundo de Assistência Social de Santa Cruz deixaram de repassar ao RPPS os seguintes valores:

ÓRGÃO	PATRONAL + CUSTO ESPECIAL	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE	LÍQUIDO A REPASSAR	VALOR REPASSADO	VALOR NÃO REPASSADO
Prefeitura	1.118.536,21	189.511,55	929.024,66	401.696,32	<b>527.328,34</b>
Fundo Saúde	149.017,48	27.714,49	121.302,99	55.784,71	<b>65.518,28</b>
Fundo Assistência Social	16.059,03	6.299,26	9.759,77	3.909,47	<b>5.850,30</b>





### **Critério(s) de Auditoria:**

- Lei Municipal - Santa Cruz, Nº 386/2014, Art. 57;
- Decreto Municipal - Santa Cruz, Nº 9/2015, Fixa as alíquotas de contribuição para o RPPS.

### **Evidência(s):**

- Folhas de pagamento da Prefeitura, Câmara, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência social (Verificação in loco);
- Extratos bancários que evidenciem os recolhimentos (Verificação in loco);
- Anexos XI da Prefeitura, Fundo de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Câmara. (Documento 43);
- Demonstrativos de Recolhimentos - DR (Verificação in loco);
- Contribuições patronais - tabelas elaboradas pelo auditado (Documento 44).

### **Responsável(is):**

- **Nome:** Gilvan Sirino de Almeida (Prefeito)
- **Nome:** Carlos Alexandre de Alencar Ferreira (Gestor do Fundo Municipal de Saúde)
- **Nome:** Elysandra de Oliveira Mendes (Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social)

### **Conduta:**

Não repassar ou repassar intempestivamente as contribuições retidas dos segurados vinculados ao RPPS, quando deveria repassá-las integralmente e no prazo.

### **Nexo de Causalidade:**

O não repasse e o repasse em atraso das contribuições retidas dos servidores leva ao pagamento de multa e juros.

### **2.1.3. [A2.2] Repasses das contribuições previdenciárias ao RPPS efetuados com atrasos e sem os devidos encargos (cota servidor, patronal e custo especial)**

### **Situação Encontrada:**

Foi constatado que houve diversos repasses efetuados com atraso e sem os devidos encargos à conta do RPPS, em flagrante afronta ao art. 57, §§ 5º e 6º da Lei Municipal nº 386/2014 (Documento 41).

Analisando-se os comprovantes de repasses das contribuições previdenciárias (cota do servidor, patronal e custo especial) à conta do órgão gestor do RPPS de Santa Cruz, em cotejo com o extrato bancário que atesta o recebimento dos créditos previdenciários do Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz – FUNPRESC, verifica-se que houve diversos repasses efetuados com atraso e sem os devidos encargos à conta do RPPS, referentes às contribuições da Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, conforme se verifica no Apêndice III.



No Apêndice III, percebe-se que os repasses das contribuições ocorreram em data posterior ao prazo de vencimento, consoante art. 57, §§ 5º e 6º da Lei Municipal nº 386/2014 (Documento 41), que estabelece o prazo de até o dia 10 (quinze) do mês seguinte ao da sua competência como data limite para o repasse das contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência do Município de Santa Cruz.

Diante do exposto e considerando que a aludida contribuição previdenciária foi repassada em valores nominais, fica a Prefeitura Municipal de Santa Cruz compelido a ajustar financeiramente os referidos valores nos moldes do art. 57, § 6º da Lei Municipal nº 386/2014.

Tem-se como causa dessa irregularidade a negligência do chefe superior do executivo municipal em repassar diversas contribuições previdenciárias ao RPPS com atraso, ocasionando o aumento do passivo financeiro da prefeitura com o acréscimo de encargos financeiros.

Impõe-se reconhecer, ainda, que o descumprimento da norma citada sujeita o ordenador de despesa à multa aplicável nos termos do art. 73, III, da Lei Estadual Nº 12.600/2004 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco).

#### **Critério(s) de Auditoria:**

- Lei Municipal - Santa Cruz, Nº 386/2014, Art. 57, §5º ao §6º.

#### **Evidência(s):**

- Comproverantes de repasses ao RPPS (Verificação in loco);
- Extratos bancários (Verificação in loco);
- Demonstrativos de Recolhimentos - DR (Verificação in loco).

#### **Responsável(is):**

- **Nome:** Gilvan Sirino de Almeida (Prefeito)
- **Nome:** Cledjane Tavares Rodrigues (Gestora do Fundo Municipal de Saúde)
- **Nome:** Carlos Alexandre de Alencar Ferreira (Gestor do Fundo Municipal de Saúde)
- **Nome:** Elysandra de Oliveira Mendes (Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social)

#### **Conduta:**

Efetuar o repasse das contribuições previdenciárias ao RPPS com atraso, quando deveria ter feito os repasses tempestivamente, para evitar o pagamento de encargos financeiros pelo atraso.

#### **Nexo de Causalidade:**

A falta do repasse tempestivo das contribuições previdenciárias ao RPPS, ocasionou o aumento do passivo financeiro da Prefeitura Municipal de Santa Cruz com o acréscimo de encargos financeiros.



**2.1.4. [A3.1] Irregularidade no atendimento ao MPS em auditoria indireta no prazo, no Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Consistência e Caráter Contributivo, nos Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - encaminhamento à SPPS, nos Demonstrativos Contábeis, no Equilíbrio financeiro e atuarial - encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises.**

**Situação Encontrada:**

O Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, na forma do Decreto Federal nº 3.788/2001 e na Portaria MPAS nº 204/2008, comprova que o município está em situação regular em relação à Lei Federal nº 9.717/1998. O CRP também é necessário para que o Município possa:

- 1 – Receber transferências voluntárias de recursos da União;
- 2 – Celebrar acordos, convênios, ajustes e outros com órgãos da administração direta e indireta da União;
- 3 – Liberar recursos de empréstimos e financiamentos em instituições financeiras federais.

Em consulta ao site do Ministério da Previdência (<http://www.previdencia.gov.br>), consulta em 19/07/2017 (Documento 34), verificou-se que, no exercício de 2016, o Município de Santa Cruz teve seu último CRP válido emitido em 29/11/2015, com validade até 27/05/2016 - CRP Nº 982297-137298 – (Documento 35), portanto, o Município não possuiu CRP válido durante todo o exercício.

Em consulta ao extrato de irregularidades (Documento 36), no site do Ministério da Previdência (<http://www.previdencia.gov.br>), consulta em 19/07/2017, verificou-se que a não obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP se deu por causa de irregularidades apontadas, dentre elas:

- Atendimento ao MPS em auditoria indireta no prazo;
- Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR – Consistência e Caráter Contributivo;
- Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR – encaminhamento à SPPS;
- Demonstrativos Contábeis;
- Equilíbrio financeiro e atuarial – encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises.



### **Critério(s) de Auditoria:**

- Lei Federal, Nº 9717/1998, Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal;
- Decreto Federal, Nº 3788/2001, Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP;
- Portaria Interministerial, Ministério da Previdência Social, Nº 204/2008, Dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP..

### **Evidência(s):**

- Relação de CRPs emitidos, obtido através de consulta ao site do Ministério da Previdência (Documento 34);
- Extrato de Irregularidades (Documento 36);
- Último CRP válido (Documento 35).

### **Responsável(is):**

- **Nome:** Gilvan Sirino de Almeida (Prefeito)
- **Nome:** Neumiranda Marinho Guimarães (GERENTE)

#### **Conduta:**

Negligenciar os critérios e parâmetros estabelecidos em normas previdenciárias.

#### **Nexo de Causalidade:**

O não cumprimento dos critérios, exigências e parâmetros estabelecidos em normas previdenciárias resultou na falta de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), por parte do Ministério da Previdência Social (MPS).

### **2.1.5. [A5.1] A Prefeitura Municipal de Santa Cruz atrasou, sistematicamente, os repasses referentes aos Termos de Parcelamento e deixou de repassar algumas parcelas**

#### **Situação Encontrada:**

Em relação aos débitos previdenciários, anteriores ao exercício em análise (2016), houve no Município de Santa Cruz os seguintes Termos de Parcelamento: 2823/2013, 2824/2013, 250/2014, 1034/2014, 326/2015, 327/2015, 356/2015 e 1048/2016.

De acordo com a Análise “in loco”, bem como Demonstrativo de Acompanhamento de Acordo de Parcelamento (Documento 37), verificou-se que o Termo de Parcelamento nº 1048/2016 se deu em 14/12/2016, sendo a primeira parcela com vencimento em 30/12/2016, no valor de R\$ 10.447,28. No entanto, essa parcela não foi paga no prazo. Esse Termo de Parcelamento foi



referente às contribuições patronais não repassadas no período de junho a novembro do exercício em análise (2106), onde totalizou R\$ 626.836,56, parceladas em 60 meses.

As tabelas do Apêndice IV demonstram os Termos de Parcelamentos, o período de abrangência das parcelas não repassadas ao RPPS, o valor total de cada Termo, total de parcelas, lei autorizativa, data do vencimento, data do repasse, número da parcela, valor da parcela, atualização monetária, juros, multas, valor devido e valor pago.

Conforme demonstrado nas tabelas do Apêndice IV, houve atrasos nos repasses de quase a totalidade das parcelas devidas dos Termos de Parcelamento, gerando pagamento de atualização monetária, juros e multas no valor total de **R\$ 33.132,37**, passível de devolução pelo Prefeito do Município de Santa Cruz.

Verificou-se, também, através da análise dos Demonstrativos de Acompanhamento de Acordo de Parcelamento (Documento 37), resumido nas tabelas do apêndice I, que a Prefeitura Municipal de Santa Cruz deixou de repassar ao FUNPRESC, parcelas referentes aos Termos de Parcelamentos durante os exercícios de 2013, 2014 e 2016. As tabelas do apêndice I mostram as parcelas não repassadas, bem como atualização monetária, juros e multas, devidamente atualizadas até 26/07/2017, data da consulta ao sítio do Ministério da Previdência ([www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br)).

Apesar de haver várias parcelas não pagas durante o exercício de 2017, as mesmas foram retiradas da análise, pois a auditoria se refere ao exercício de 2016.

Conforme demonstrado nas tabelas do apêndice I, as parcelas não repassadas nos exercícios de 2013, 2014 e 2016, somam R\$ 34.442,63. Já os encargos de atualização monetária, juros e multas somam R\$ 16.979,79, totalizando R\$ 51.422,42. Esses valores não repassados pela Prefeitura, referentes aos Termos de Parcelamento, compromete o equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo Previdenciário de Santa Cruz.

### **Critério(s) de Auditoria:**

- Lei Municipal - Santa Cruz, Nº 370/2013, Dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Cruz com o FUNPRESC;
- Lei Municipal - Santa Cruz, Nº 404/2015, Dispõe sobre o parcelamento do Município de Santa Cruz com o FUNPRESC.

### **Evidência(s):**

- Extratos bancários (Verificação in loco);
- Guias de recolhimentos das contribuições sociais (verificação in loco);
- Demonstrativo de Acompanhamento de Acordo de Parcelamento (Documento 37);
- Lei Municipal nº 370/2013 (Documento 38);
- Lei Municipal nº 404/2015 (Documento 39).



### Responsável(is):

- **Nome:** Gilvan Sirino de Almeida (Prefeito)

#### Conduta:

Efetuar repasse parcial do montante das contribuições referentes aos Termos de Parcelamento devidas ao RPPS de Santa Cruz, quando deveria ter repassado o seu valor integral e efetuar o repasse das contribuições previdenciárias ao RPPS com atraso, quando deveria ter feito os repasses tempestivamente, para evitar o pagamento de encargos financeiros pelo atraso.

#### Nexo de Causalidade:

A falta do repasse integral, bem como os atrasos nos repasses referentes ao Termos de Parcelamento devidas ao RPPS de Santa Cruz, implicará um aumento do passivo financeiro da Prefeitura Municipal de Santa Cruz com o acréscimo de encargos financeiros.

## 2.2. CONFORMIDADES

### 2.2.1. [A2.3] Providências quanto à cobrança administrativa das contribuições não recolhidas pelo Poder Executivo

#### Situação Encontrada:

Durante a auditoria foram entregues cópias de ofícios encaminhados ao Prefeito e às gestoras dos Fundos alertando quanto às consequências dos atrasos e não recolhimentos das contribuições devidas ao RPPS relativas às cotas patronais, dos servidores e do custo especial.

Conclui-se, portanto, que o Gestor de Previdência agiu com diligência no sentido de buscar os meios legais no sentido de notificar o Gestor Público quanto às consequências dos atrasos e não recolhimentos.

#### Critério(s) de Auditoria:

- Lei Municipal - Santa Cruz, Nº 386/2014, Art. 57, §5º ao §6º.

#### Evidência(s):

- Ofícios enviados pelo Gestor do RPPS ao Prefeito e gestores dos Fundos Municipais. (Verificação in loco).





**2.2.2. [A4.1] As despesas Administrativas do FUNPRESC obedeceram ao limite legal de 2%.**

**Situação Encontrada:**

Por regra, os recursos previdenciários devem ser utilizados exclusivamente para o pagamento de benefícios previdenciários do respectivo regime (Lei Federal nº 9.717/98, art. 1º, inciso III e Portaria MPAS nº 402/2008, art. 13, Parágrafo único). A única exceção a essa regra são as despesas administrativas, as quais não devem ultrapassar dois pontos percentuais do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativo ao exercício financeiro anterior (Portaria MPS nº 402/2008, art. 15).

A taxa de administração destina-se exclusivamente ao custeio das despesas corrente e de capital, necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para conservação de seu patrimônio. Essas despesas não-previdenciárias, portanto, não devem ultrapassar o limite fixado para a taxa de administração, sob pena de infringir o comando normativo da destinação exclusiva dos recursos previdenciários, qual seja, o pagamento dos benefícios previdenciários do respectivo regime.

Com base no Demonstrativo das Despesas, segundo a sua natureza (Documento 11) e no Demonstrativo do Valor Total da Remuneração, Proventos e Pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativo ao exercício financeiro anterior (Documento 28, anexo à Prestação de Contas eletrônica), foi elaborado o seguinte demonstrativo do comprometimento das despesas administrativas do RPPS do Município de Santa Cruz.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	VALOR
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>45.500,00</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	45.500,00
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>123.366,26</b>
Diárias – Pessoal Civil	4.020,00
Material de Consumo	8.341,21
Passagens e Despesas com Locomoção	2.040,90
Serviço de Consultoria	60.000,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.722,00



DESPESAS ADMINISTRATIVAS	VALOR
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	47.242,15
<b>TOTAL DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>168.866,26</b>
REMUNERAÇÃO TOTAL	10.133.797,14
<b>PERCENTUAL DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>1,67%</b>
LIMITE (%)	2,00%
LIMITE LEGAL (EM REAIS)	202.675,94

Diante do exposto, conclui-se que a administração do Fundo Previdenciário de Santa Cruz – FUNPRESC realizou despesas administrativas no percentual de 1,67% no exercício financeiro de 2016, portanto, dentro do limite permitido pelo artigo 15 da Portaria MPAS nº 402/08.

#### **Critério(s) de Auditoria:**

- Portaria, Ministério da Previdência Social, Nº 402/2008, Art. 15;
- Portaria, Ministério da Previdência Social, Nº 402/2008, Art. 13, Parágrafo Único;
- Lei Estadual, Nº 12600/2004, Art. 73, inciso III;
- Lei Federal, Nº 9717/2008, Art. 1º, inciso III.

#### **Evidência(s):**

- Demonstrativo da despesa realizada, segundo a sua natureza, do exercício de 2016. . (Documento 11);
- Demonstrativo do valor total da remuneração, dos proventos e das pensões dos segurados vinculados ao FUNPRESC do exercício de 2015. (Documento 28).

#### **2.2.3. [A6.1] Aplicações dos recursos do FUNPRESC estão de acordo com as Resoluções nºs. 3.922/2010 e 4.392/2014 do Conselho Monetário Nacional e com a LRF**

#### **Situação Encontrada:**

A Resolução CMN Nº 3.922/2010, atualizada pela Resolução CMN Nº4.394/2014, de 19 de dezembro de 2014, dispõe sobre a aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência, definindo quais os tipos de fundos para aplicação, as características destes fundos (composição) e os limites de aplicação em cada um dos fundos.



O DAIR – Demonstrativo de Aplicação e Investimento de Recursos, do último bimestre 2016, (Documentos 46), mostra as aplicações dos recursos do FUNPRESC. Observa-se que todos os recursos foram aplicados nos fundos de investimento de renda fixa. Foram eles: Caixa FI Brasil IRF – M1 TP RF, BB CP Admin SUPREMO, Caixa FI Brasil TP RF, Caixa Pratico RF CP, FI Caixa Brasil IRF – M1 + TP RF LP e Poupança

Consultando o site do Banco do Brasil ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) e da Caixa Econômica Federal ([www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)), verifica-se que os fundos de investimento acima foram criados pelas instituições financeiras especialmente para aplicação de recursos de regimes próprios de previdência, em conformidade com a Resolução CMN Nº 3.922/2010.

A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.992, de 25 de novembro de 2010, dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 1º Fica estabelecido que os recursos dos regimes próprios de previdência social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Art.2º Observadas as limitações e condições estabelecidas nesta Resolução, os recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser alocados nos seguintes segmentos de aplicação:

I - renda fixa;

II - renda variável; e

III - imóveis.

...

Art. 7º No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

I - até 100% (cem por cento) em:

a) títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);

b) cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" deste inciso e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;



II - até 15% (quinze por cento) em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" do inciso I;

III - até 80% (oitenta por cento) em:

a) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

b) cotas de fundos de índices de renda fixa cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade dos subíndices do índice de Mercado Anbima (IMA) ou do índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

IV - até 30% (trinta por cento) em:

a) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

b) cotas de fundos de índices cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de referência de renda fixa;

V - até 20% (vinte por cento) em:

a) depósitos de poupança em instituição financeira considerada como de baixo risco de crédito pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País;

b) Letras Imobiliárias Garantidas

VI - até 15% (quinze por cento) em cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

VII - até 5% (cinco por cento) em:

a) cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado;

b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão "crédito privado".

...



Art. 13. As aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento, fundo de investimento em cotas de fundos de investimento ou fundo de índice, a que se referem o art. 7º, incisos III e IV, e art. 8º, inciso I, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Art. 14. O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo.

§ 1º a observância do limite de que trata o caput é facultativa nos 120 (cento e vinte) dias subsequentes à data de início das atividades do fundo;

§ 2º Para aplicações em fundos de investimento em direitos creditórios, a serem efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2015, o limite estabelecido no caput passa a ser calculado em proporção do total de cotas de classe sênior e não do total de cotas do fundo.

A análise das contas de investimento de cada Fundo, resumido no Demonstrativo de Cumprimento dos Limites de Alocação dos Recursos em Moeda Corrente do Regime Próprio de Previdência (Documento 47), ao final do exercício de 2016, leva a seguinte conclusão:

FUNDO	SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	TIPO DE ATIVO	RESOLUÇÃO CVM	SALDO DO FUNDO	% DO RPPS	% DO PL DO FUNDO	PL DO FUNDO
Caixa FI Brasil IRF – M1 TP RF	Renda Fixa	CDI	FI 100% Títulos TN	Art. 7º, inciso I, alínea “b”	2.149.074,08	22,45 %	0,11%	2.000.000.000,00
BB CP Admin Supremo	Renda Fixa	CDI	FI de Renda Fixa	Art. 7º, inciso IV, alínea “a”	1.518.862,80	15,86 %	0,00%	32.938.191.000,00
Caixa Pratico RF CP	Renda Fixa	SELIC/CDI	FI de Renda Fixa	Art. 7º, inciso IV, alínea “a”	3.171,91	0,03%	0,00%	7.886.872.709,18
Caixa FI Brasil Títulos Públicos RF	Renda Fixa	CDI	FI de Renda Fixa	Art. 7º, inciso I, alínea “b”	2.050.051,12	21,41 %	0,04%	5.000.000.000,00
Caixa FI Brasil IRF – M1+TP RF LP	Renda Fixa	CDI	FI 100% Títulos TN	Art. 7º, inciso I, alínea “b”	2.659.611,15	27,78 %	0,04%	7.000.000.000,00
Poupança	Renda Fixa		POUPANÇA	Art. 7º, inciso V, alínea “a”	1.193.556,45	12,47 %		



FUNDO	SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	TIPO DE ATIVO	RESOLUÇÃO CVM	SALDO DO FUNDO	% DO RPPS	% DO PL DO FUNDO	PL DO FUNDO
Disponibilidade Financeira	-				50,00			
TOTAL					9.574.377,51			

Verificou-se que o FUNPRESC aplicou todos os seus recursos no segmento de renda fixa, obedecendo, desta forma, o artigo 2º, inciso I, da Resolução do CMN nº 3.992/2010.

A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.992/2010, estabelece limites para aplicações em determinados Fundos.

O art. 7º estabelece que no segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos RPPS subordinam-se aos seguintes limites:

I - até 100% (cem por cento) em:

a) títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);

b) *cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" deste inciso e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;*

Verificou-se que o FUNPRESC aplicou em três Fundos de Investimentos que se subordinam ao art. 7º, inciso I, alínea “b”, portanto, deveria obedecer ao limite de 100% dos seus recursos nessa aplicação.

Após análise, de acordo com a tabela acima, concluiu-se que o FUNPRESC obedeceu ao limite de 100%, pois as aplicações que se subordinaram a este dispositivo totalizaram 71,64% do total de seus recursos.

O FUNPRESC, aplicou ainda em dois Fundos de Investimentos, ambos subordinados ao artigo 7º, inciso IV, alínea “a”, da Resolução do CMN nº 3.992, onde estabelece que o limite será de 30%, conforme abaixo:

Art. 7º No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

...





IV “a”- até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

Conforme demonstrado na tabela anterior, verificou-se que houve duas aplicações que se subordinaram ao artigo 7º, inciso IV, alínea “a”, sendo uma com percentual de 15,86% dos recursos do RPPS (BB CP ADMIN SUPREMO) e outro com 0,03% (CAIXA PRATICO RF CP). A soma dos percentuais das duas aplicações foi de 15,89%, portanto, cumprindo o percentual máximo de 30%.

Conforme demonstrado na tabela anterior, verificou-se que houve uma aplicação que se subordinou ao artigo 7º, inciso V, depósito em poupança, cujo limite máximo seria de 20%. O percentual aplicado foi de 12,47%, portanto, cumpriu o estabelecido no inciso V, do artigo 7º.

Além dos limites estabelecidos pelo artigo 7º da Resolução, há mais dois limites previstos na mesma Resolução, são eles:

Art. 13. As aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento a que se referem o art. 7º, incisos III e IV, e art. 8º, inciso I, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Art. 14. O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo.

O artigo 14, da Resolução CMN nº 3.992/2010 estabelece que o total das aplicações dos recursos do RPPS, em um mesmo fundo de investimento, deverá representar, no máximo, 25% do patrimônio líquido do fundo.

Verificou-se, através da análise do quadro anterior, que aplicações financeiras, nos diversos fundos, obedeceram ao artigo 14, uma vez que nenhum deles ultrapassou o limite de 25% do patrimônio líquido do fundo.

Através da análise dos extratos bancários, das contas de investimentos (Documento 48), toda a movimentação financeira de investimentos do FUNPRESC, encontra-se demonstrada através das tabelas abaixo:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: cb9f2d94-3b3d-423d-ac76-b3d3ec9d7aca

BANCO: DO BRASIL						
APLICAÇÃO: BB PREV PÚBLICO SUPREMO						
MESES	VALOR APLICADO	APLICAÇÕES	RESGATES	RENDIMENTOS	TAXA MENSAL(%)	SALDO FINAL DO MÊS
JANEIRO	800.561,64	-	-	5.806,73	0,7253	806.368,37
FEVEREIRO	806.368,37	47.642,16	-	5.772,45	0,6921	859.782,98
MARÇO	859.782,98	32.814,47	-	7.072,22	0,8044	899.669,67
ABRIL	899.669,67	57.882,18	-	6.794,39	0,6182	964.346,24
MAIO	964.346,24	29.311,20	-	7.494,26	0,7638	1.001.151,70
JUNHO	1.001.151,70	77.103,23	-	8.452,25	0,8049	1.086.707,18
JULHO	1.086.707,18	39.095,43	-	8.361,69	0,7694	1.134.164,30
AGOSTO	1.134.164,30	-	-	9.573,09	0,8440	1.143.737,39
SETEMBRO	1.143.737,39	47.649,73	-	9.007,75	0,7692	1.200.394,87
OUTUBRO	1.200.394,87	48.165,69	-	8.880,60	0,7268	1.257.441,16
NOVEMBRO	1.257.441,16	97.354,06	-	9.521,21	0,7168	1.364.316,43
DEZEMBRO	1.364.316,43	143.472,49	-	11.073,88	0,7674	1.518.862,80
TOTAL		620.490,64	-	97.810,52		

BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL						
APLICAÇÃO: CAIXA FI BRASIL IRF-M1 TP RF						
MESES	VALOR APLICADO	APLICAÇÕES	RESGATES	RENDIMENTOS	TAXA MENSAL(%)	SALDO FINAL DO MÊS
JANEIRO	1.165.380,55	-	-	18.922,40	1,6237	1.184.302,95
FEVEREIRO	1.184.302,95	-	-	13.033,68	1,1005	1.197.336,63
MARÇO	1.197.336,63	-	-	14.671,69	1,2253	1.212.008,32
ABRIL	1.212.008,32	-	-	13.400,05	1,1056	1.225.408,37



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cb9f2d94-3b3d-423d-ac76-b3d3ec9d7aca

BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL						
APLICAÇÃO: CAIXA FI BRASIL IRF-M1 TP RF						
MESES	VALOR APLICADO	APLICAÇÕES	RESGATES	RENDIMENTOS	TAXA MENSAL(%)	SALDO FINAL DO MÊS
MAIO	1.225.408,37	-	-	12.899,28	1,0526	1.238.307,65
JUNHO	1.238.307,65	-	-	13.076,46	1,0559	1.251.384,11
JULHO	1.251.384,11	767.984,80	-	15.417,08	1,0314	2.034.785,99
AGOSTO	2.034.785,99	-	-	23.907,83	1,1749	2.058.693,82
SETEMBRO	2.058.693,82	-	-	24.112,22	1,1712	2.082.806,04
OUTUBRO	2.082.806,04	-	-	19.645,74	0,9432	2.102.451,78
NOVEMBRO	2.102.451,78	-	-	21.554,59	1,0252	2.124.006,37
DEZEMBRO	2.124.006,37	-	-	25.067,71	1,1802	2.149.074,08
TOTAL		767.984,80	-	215.708,73		

BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL						
APLICAÇÃO: CAIXA FI BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF						
MESES	VALOR APLICADO	APLICAÇÕES	RESGATES	RENDIMENTOS	TAXA MENSAL(%)	SALDO FINAL DO MÊS
JANEIRO	4.237.136,46	-	-	48.988,56	1,1561	4.286.125,02
FEVEREIRO	4.286.125,02	-	-	43.017,60	1,0036	4.329.142,62
MARÇO	4.329.142,62	-	-	50.529,66	1,1671	4.379.672,28
ABRIL	4.379.672,28	-	-	47.935,49	1,0944	4.427.607,77
MAIO	4.427.607,77	-	-	47.770,81	1,0789	4.475.378,58
JUNHO	4.475.378,58	-	-	51.377,26	1,1479	4.526.755,84
JULHO	4.526.755,84	-	2.570.000,00	39.068,89	1,0965	1.995.824,73



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: cb9f2d94-3b3d-423d-ac76-b3d3ec9d7aca

BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL						
AGOSTO	1.995.824,73	-	-	23.829,53	1,1939	2.019.654,26
SETEMBRO	2.019.654,26	-	41.500,00	22.040,50	1,0982	2.000.194,76
OUTUBRO	2.000.194,76	-	13.900,00	20.805,04	1,0414	2.007.099,80
NOVEMBRO	2.007.099,80	-	-	20.501,94	1,0214	2.027.601,74
DEZEMBRO	2.027.601,74	-	-	22.449,38	1,1071	2.050.051,12
TOTAL		-	2.625.400,00	438.314,66		

BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL						
APLICAÇÃO: CAIXA FIC PRÁTICO CP						
MESES	VALOR APLICADO	APLICAÇÕES	RESGATES	RENDIMENTOS	TAXA MENSAL(%)	SALDO FINAL DO MÊS
JANEIRO	109.924,95	79.101,40	6.453,61	700,66	0,6546	183.273,40
FEVEREIRO	183.273,40	254.244,91	68.023,00	1.774,90	0,6217	371.270,21
MARÇO	371.270,21	123.267,21	9.372,83	2.792,82	0,7203	487.957,41
ABRIL	487.957,41	210.806,46	79.811,09	3.679,85	0,6546	622.632,63
MAIO	622.632,63	94.258,66	97.687,20	4.227,44	0,6875	623.431,53
JUNHO	623.431,53	154.022,83	81.750,24	4.744,11	0,7204	700.448,23
JULHO	700.448,23	103.329,60	713.195,74	3.000,85	0,6875	93.582,94
AGOSTO	93.582,94	101.830,65	96.265,81	685,18	0,7533	99.832,96
SETEMBRO	99.832,96	23.639,49	121.962,31	515,56	0,6875	2.025,70
OUTUBRO	2.025,70	148.162,41	82.952,48	249,32	0,6485	67.484,95
NOVEMBRO	67.484,95	78.690,45	79.566,61	354,74	0,6371	66.963,53
DEZEMBRO	66.963,53	276.523,23	93.466,37	745,63	0,6826	250.766,02



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cb9f2d94-3b3d-423d-ac76-b3d3ec9d7aca

BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL						
APLICAÇÃO: CAIXA FIC PRÁTICO CP						
MESES	VALOR APLICADO	APLICAÇÕES	RESGATES	RENDIMENTOS	TAXA MENSAL(%)	SALDO FINAL DO MÊS
TOTAL		1.647.877,30	1.530.507,29	23.471,06		

BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL						
APLICAÇÃO: CAIXA FI BRASIL IRF-M1 + TP RF LP						
MESES	VALOR APLICADO	APLICAÇÕES	RESGATES	RENDIMENTOS	TAXA MENSAL(%)	SALDO FINAL DO MÊS
JANEIRO			-			-
FEVEREIRO	-		-			-
MARÇO	-		-			-
ABRIL	-					-
MAIO	-		-			-
JUNHO	-		-			-
JULHO	-	2.500.236,89	-	1.903,90	1,4822	2.502.140,79
AGOSTO	2.502.140,79	-	-	22.406,98	0,8955	2.524.547,77
SETEMBRO	2.524.547,77	-	-	58.401,91	2,3133	2.582.949,68
OUTUBRO	2.582.949,68	-	5.000,00	37.206,12	1,4400	2.615.155,80
NOVEMBRO	2.615.155,80	-	-	-1.197,82	-0,0458	2.613.957,98
DEZEMBRO	2.613.957,98	-	8.600,00	54.253,17	2,0801	2.659.611,15
TOTAL		2.500.236,89	13.600,00	172.974,26		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: cb972d94-3b3d-423d-ac76-b3d3ec9d7aca

BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL						
APLICAÇÃO: CAIXA FIC PRÁTICO						
MESES	VALOR APLICADO	APLICAÇÕES	RESGATES	RENDIMENTOS	TAXA MENSAL(%)	SALDO FINAL DO MÊS
JANEIRO			-			-
FEVEREIRO	-		-			-
MARÇO	-		-			-
ABRIL	-					-
MAIO	-		-			-
JUNHO	-		-			-
JULHO	-		-			-
AGOSTO	-					-
SETEMBRO	-		-			-
OUTUBRO	-	4.970,50	-	0,00	0,6485	4.970,50
NOVEMBRO	4.970,50	-	1.850,00	29,90	0,6371	3.150,40
DEZEMBRO	3.150,40	-	-	21,51	0,6826	3.171,91
TOTAL		4.970,50	1.850,00	51,41		

BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			
APLICAÇÃO: POUPANÇA			
MESES	VALOR APLICADO	RENDIMENTOS	SALDO ATUAL
JANEIRO	1.101.303,49	7.321,77	1.108.625,26
FEVEREIRO	1.108.625,26	7.282,78	1.115.908,04
MARÇO	1.115.908,04	7.135,38	1.123.043,42
ABRIL	1.123.043,42	7.894,32	1.130.937,74





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cb9f2d94-3b3d-423d-ac76-b3d3ec9d7aca

BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			
APLICAÇÃO: POUPANÇA			
MESES	VALOR APLICADO	RENDIMENTOS	SALDO ATUAL
MAIO	1.130.937,74	7.090,78	1.138.028,52
JUNHO	1.138.028,52	7.849,16	1.145.877,68
JULHO	1.145.877,68	8.255,30	1.154.132,98
AGOSTO	1.154.132,98	8.140,12	1.162.273,10
SETEMBRO	1.162.273,10	8.149,12	1.170.422,22
OUTUBRO	1.170.422,22	8.032,94	1.178.455,16
NOVEMBRO	1.178.455,16	7.178,72	1.185.633,88
DEZEMBRO	1.185.633,88	7.922,57	1.193.556,45
TOTAL		92.252,96	12.698.269,19

COMPARATIVO DO TOTAL DE RENDIMENTOS E O VALOR INFORMADO AO MINISTÉRIO DE PREVIDÊNCIA			
MESES	RENDIMENTOS TOTAIS	INFORMADO AO MINISTÉRIO	DIFERENÇA (R\$)
JANEIRO	81.740,12	81.740,12	-
FEVEREIRO	70.881,41	70.881,41	-
MARÇO	82.201,77	82.201,77	-
ABRIL	79.704,10	78.661,14	1.042,96
MAIO	79.482,57	71.988,31	7.494,26
JUNHO	85.499,24	85.499,24	-
JULHO	76.007,71	58.752,41	17.255,30
AGOSTO	88.542,73	109.047,37	(20.504,64)



COMPARATIVO DO TOTAL DE RENDIMENTOS E O VALOR INFORMADO AO MINISTÉRIO DE PREVIDÊNCIA			
MESES	RENDIMENTOS TOTAIS	INFORMADO AO MINISTÉRIO	DIFERENÇA (R\$)
SETEMBRO	122.227,06	53.732,21	68.494,85
OUTUBRO	94.819,76	49.649,95	45.169,81
NOVEMBRO	57.943,28	56.871,64	1.071,64
DEZEMBRO	121.533,85	113.712,57	7.821,28
TOTAL	1.040.583,60	912.738,14	127.845,46

VALOR CONTABILIZADO 1.043.208,82

VALOR INFORMADO AO MPS 912.738,14

DIFERENÇA 130.470,68

A análise dos extratos bancários das contas de investimentos (Documento 48), resumidos nas tabelas anteriores, demonstram que o valor total dos rendimentos das aplicações financeiras foi de R\$ 1.040.583,60, ou seja, R\$ 2.625,22 menor do que o contabilizado na rubrica de aplicações financeiras (R\$ 1.043.208,82). Já o valor informado ao Ministério da Previdência Social, conforme demonstrado na tabela anterior, também foi divergente dos valores contabilizados e dos valores efetivamente auferidos como receitas de aplicações financeiras.

Diante do exposto acima, conclui-se que o Fundo Previdenciário de Santa Cruz – FUNPRESC descumpriu:

- A contabilização, uma vez que o valor dos rendimentos das aplicações financeiras não foram contabilizadas de forma correta;
- A informação, ao Ministério da Previdência Social, dos rendimentos auferidos.

#### **Critério(s) de Auditoria:**

- Lei Complementar Federal, N° 101/2000, Art. 43, §2°;
- Resolução, Conselho Monetário Nacional, N° 3922/2010, Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios..



#### Evidência(s):

- Cópias dos extratos bancários das contas de investimentos (Documento 48);
- Demonstrativos das Aplicações e Investimentos de Recursos - DAIR (Documento 46);
- Demonstrativo Cumprimento dos limites (Documento 47).

#### 2.2.4. [A7.1] As despesas foram realizadas atendendo os aspectos da legalidade, impessoalidade, publicidade e economicidade.

#### Situação Encontrada:

Após análise das despesas realizadas pelo Fundo Previdenciário de Santa Cruz, durante o exercício de 2016, verificou-se que houve pequenas irregularidades no processamento de poucas despesas que não merecem destaque como irregulares, pois, as mesmas foram realizadas observando-se os aspectos da legalidade, impessoalidade, publicidade e economicidade.

#### Critério(s) de Auditoria:

- Lei Federal, Nº 4320/1964, Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal..

#### Evidência(s):

- Notas de empenho/ordens de pagamento analisadas na sede do FUNPRESC. (Verificação in loco).

### 3. CONCLUSÃO

#### 3.1. RESPONSABILIZAÇÃO

##### 3.1.1. Quadro de Detalhamento de Achados, Responsáveis e Valores Passíveis de Devolução

Nº	Título do Achado	Responsáveis	Valor Passível de Devolução (R\$)
A1.1	Não adoção da alíquota sugerida na avaliação atuarial da parte patronal e do custo suplementar, bem como não houve cobrança por parte da Gestora do FUNPRESC para que o Prefeito adotasse a alíquota do cálculo atuarial.	R01 - Gilvan Sirino de Almeida R02 - NEUMIRANDA MARINHO GUIMARÃES	-



Nº	Título do Achado	Responsáveis	Valor Passível de Devolução (R\$)
A2.1	As contribuições patronais e do custo especial, da Prefeitura, do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social não foram recolhidas integralmente	R01 - Gilvan Sirino de Almeida R04 - Carlos Alexandre de Alencar Ferreira R05 - Elysandra de Oliveira Mendes	-
A2.2	Repasse das contribuições previdenciárias ao RPPS efetuados com atrasos e sem os devidos encargos (cota servidor, patronal e custo especial)	R01 - Gilvan Sirino de Almeida R03 - Cledjane Tavares Rodrigues R04 - Carlos Alexandre de Alencar Ferreira R05 - Elysandra de Oliveira Mendes	-
A3.1	Irregularidade no atendimento ao MPS em auditoria indireta no prazo, no Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Consistência e Caráter Contributivo, nos Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - encaminhamento à SPPS, nos Demonstrativos Contábeis, no Equilíbrio financeiro e atuarial - encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises.	R01 - Gilvan Sirino de Almeida R02 - NEUMIRANDA MARINHO GUIMARÃES	-
A5.1	A Prefeitura Municipal de Santa Cruz atrasou, sistematicamente, os repasses referentes aos Termos de Parcelamento e deixou de repassar algumas parcelas	R01 - Gilvan Sirino de Almeida	-

### 3.1.2. Dados dos Responsáveis

R01. Nome do Responsável: Gilvan Sirino de Almeida

CPF do Responsável: \*\*\*.\*\*\*.664-49

Cargo/Vínculo: Prefeito

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

R02. Nome do Responsável: Neumiranda Marinho Guimarães

CPF do Responsável: \*\*\*.\*\*\*.954-45

Cargo/Vínculo: GERENTE

Ato/Instrumento: Ato de Nomeação - Portaria nº 079/2012

Período: 01/01/2016 a 21/12/2016



- 
- R03. Nome do Responsável: Cledjane Tavares Rodrigues  
CPF do Responsável: \*\*\*.\*\*\*.774-53  
Cargo/Vínculo: Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Ato/Instrumento: Portaria nº 230/2011  
Período: 01/02/2016 a 29/02/2016
- 
- R04. Nome do Responsável: Carlos Alexandre de Alencar Ferreira  
CPF do Responsável: \*\*\*.\*\*\*.964-51  
Cargo/Vínculo: Gestor do Fundo Municipal de Saúde  
Ato/Instrumento: Portaria nº 23/2016  
Período: 01/03/2016 a 31/12/2016
- 
- R05. Nome do Responsável: Elysandra de Oliveira Mendes  
CPF do Responsável: \*\*\*.\*\*\*.694-19  
Cargo/Vínculo: Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social  
Ato/Instrumento: Portaria nº 05/2013  
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

É o relatório.

Petrolina, 29 de Agosto de 2017.

**João Carlos Camilo Carlini Neto**

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA DE AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS  
Matrícula Nº 0925



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cb9f2d94-3b3d-423d-ac76-b3d3ec9d7aca

## APÊNDICES





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cb9f2d94-3b3d-423d-ac76-b3d3ec9d7aca

## **APÊNDICE 1**

### **PARCELAS NÃO REPASSADAS DOS TERMOS DE PARCELAMENTO**



**TERMOS DE PARCELAMENTO**  
**FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE SANTA CRUZ**  
**EXERCÍCIO – 2016**

**2823/2013**

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR DA PARCELA	ATUALIZAÇÃO	JUROS	MULTA	TOTAL ENCARGOS	VALOR DEVIDO
1	30/11/13	7.086,49	2.055,79	4.114,03	141,73	6.311,55	13.398,04
2	30/12/13	7.239,66	2.050,27	4.087,57	144,79	6.282,63	13.522,29
<b>TOTAL</b>		<b>14.326,15</b>	<b>4.106,06</b>	<b>8.201,60</b>	<b>286,52</b>	<b>12.594,18</b>	<b>26.920,33</b>

**250/2014**

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR DA PARCELA	ATUALIZAÇÃO	JUROS	MULTA	TOTAL ENCARGOS	VALOR DEVIDO
1	28/02/14	2.980,16	792,72	1.584,61	59,60	2.436,93	5.417,09
<b>TOTAL</b>		<b>2.980,16</b>	<b>792,72</b>	<b>1.584,61</b>	<b>59,60</b>	<b>2.436,93</b>	<b>5.417,09</b>

**1034/2014**

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR DA PARCELA	ATUALIZAÇÃO	JUROS	MULTA	TOTAL ENCARGOS	VALOR DEVIDO
1	25/12/16	4.874,29	61,90	394,90	97,49	554,29	5.428,58
<b>TOTAL</b>		<b>4.874,29</b>	<b>61,90</b>	<b>394,90</b>	<b>97,49</b>	<b>554,29</b>	<b>5.428,58</b>

**1048/2016**

PARCELA	VENCIMENTO	VALOR DA PARCELA	ATUALIZAÇÃO	JUROS	MULTA	TOTAL ENCARGOS	VALOR DEVIDO
1	30/12/16	12.262,03	155,73	993,42	245,24	1.394,39	13.656,42
<b>TOTAL</b>		<b>12.262,03</b>	<b>155,73</b>	<b>993,42</b>	<b>245,24</b>	<b>1.394,39</b>	<b>13.656,42</b>

**RESUMO**

VALOR DA PARCELA	ATUALIZAÇÃO	JUROS	MULTA	TOTAL ENCARGOS	VALOR DEVIDO
34.442,63	5.116,41	11.174,53	688,85	16.979,79	51.422,42

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
 Acesse em: <https://etec.ite.pe.gov.br/validaDoc.aspx?codigo=documento:cb972d85-423d-4c76-b3d3ec77-1>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cb9f2d94-3b3d-423d-ac76-b3d3ec9d7aca

## **APÊNDICE 2**

### **CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NÃO REPASSADAS**

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE SANTA CRUZ – FUNPRESC  
FOLHA DE PAGAMENTO  
EXERCÍCIO – 2016

FMAS

COMPETÊNCIA	BASE CÁLCULO	CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS		BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE					LÍQUIDO PATRONAL A REPASSAR	CONTRIBUIÇÕES REPASSADAS		CONTRIBUIÇÕES NÃO REPASSADAS		
		SERVIDOR	PATRONAL+ ESPECIAL	SAL-FAMÍLIA	AUX-DOENÇA	SAL-MATERN	TOTAL	SERVIDOR		PATRONAL+ ESPECIAL	SERVIDOR	PATRONAL	TOTAL	
Janeiro	8.933,52	982,69	1.456,17	174,96	0,00	0,00	174,96		1.281,21	982,69	1.281,21	0,00	0,00	0,00
fevereiro	8.933,52	982,69	1.456,17	116,64	0,00	0,00	116,64		1.339,53	982,69	1.339,53	0,00	0,00	0,00
março	8.933,52	982,69	1.456,17	199,38	506,00	0,00	705,38		750,79	982,69	750,79	0,00	0,00	0,00
abril	8.932,00	982,52	1.455,93	174,96	0,00	1.012,00	1.186,96		268,97	982,52	268,97	0,00	0,00	0,00
maio	8.932,00	982,52	1.455,93	174,96	0,00	1.012,00	1.186,96		268,97	982,52	268,97	0,00	0,00	0,00
junho	8.976,00	987,36	1.463,11	145,80	0,00	1.012,00	1.157,80		305,31	987,36		0,00	305,31	305,31
julho	8.976,00	987,36	1.463,11	174,96	0,00	1.012,00	1.186,96		276,15	987,36		0,00	276,15	276,15
agosto	8.976,00	987,36	1.463,11	174,96	0,00	0,00	174,96		1.288,15	987,36		0,00	1.288,15	1.288,15
setembro	8.976,00	987,36	1.463,11	174,96	0,00	0,00	174,96		1.288,15	987,36		0,00	1.288,15	1.288,15
outubro	8.976,00	987,36	1.463,11	116,84	0,00	0,00	116,84		1.346,27	987,36		0,00	1.346,27	1.346,27
novembro	8.976,00	987,36	1.463,11	116,84	0,00	0,00	116,84		1.346,27	987,36		0,00	1.346,27	1.346,27
dezembro	8.976,00	987,36	1.463,11	145,80	0,00	0,00	145,80		1.317,31	987,36		0,00	1.317,31	1.317,31
13º salário	8.976,00	987,36	1.463,11	0,00	0,00	0,00	0,00		1.463,11	987,36	1.463,11	0,00	0,00	0,00
Total	116.472,56	12.811,99	18.985,25	1.891,06	506,00	4.048,00	6.445,06		12.540,19	12.811,99	5.372,58	0,00	7.167,61	7.167,61

FMS

COMPETÊNCIA	BASE CÁLCULO	CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS		BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE					LÍQUIDO PATRONAL A REPASSAR	CONTRIBUIÇÕES REPASSADAS			CONTRIBUIÇÕES NÃO REPASSADAS		
		SERVIDOR	PATRONAL+ ESPECIAL	SAL-FAMÍLIA	AUX-DOENÇA	SAL-MATERN	TOTAL	SERVIDOR		PATRONAL+ ESPECIAL	SERVIDOR	PATRONAL	TOTAL		
Janeiro	83.815,30	9.219,75	13.661,98	1.542,48	1.064,70	0,00	2.607,18		11.054,80	9.219,75	11.054,80	0,00	0,00	0,00	
fevereiro	83.815,30	9.219,75	13.661,98	1.681,80	2.076,70	0,00	3.758,50		9.903,48	9.219,73	9.903,48	0,02	0,00	0,02	
março	82.981,00	9.126,87	13.524,36	1.749,60	0,00	0,00	1.749,60		11.774,76	9.126,87	11.774,76	0,00	0,00	0,00	
abril	82.750,60	9.102,63	13.488,43	1.632,96	0,00	0,00	1.632,96		11.855,47	9.102,63	11.855,47	0,00	0,00	0,00	
maio	82.750,60	9.102,63	13.488,43	1.786,23	506,00	0,00	2.292,23		11.196,20	9.102,63	11.196,20	0,00	0,00	0,00	
junho	83.396,70	9.063,71	13.430,76	1.727,91	506,00	0,00	2.233,91		11.196,85	9.063,69	0,00	0,02	11.196,85	11.196,87	
julho	83.130,70	9.144,45	13.550,40	1.727,91	1.012,00	0,00	2.739,91		10.810,49	9.144,45	0,00	0,00	10.810,49	10.810,49	
agosto	83.054,80	9.136,10	13.538,03	1.494,63	1.012,00	0,00	2.506,63		11.031,40	9.136,10	0,00	0,00	11.031,40	11.031,40	
setembro	83.054,80	9.136,10	13.538,03	1.698,75	1.012,00	0,00	2.710,75		10.827,28	9.136,10	0,00	0,00	10.827,28	10.827,28	
outubro	83.054,80	9.136,10	13.538,05	1.757,07	1.012,00	0,00	2.769,07		10.768,98	9.136,10	0,00	0,00	10.768,98	10.768,98	
novembro	83.416,80	9.175,32	13.597,03	1.698,75	1.012,00	0,00	2.710,75		10.886,28	9.175,32	0,00	0,00	10.886,28	10.886,28	
dezembro	82.304,80	9.053,60	13.415,78	1.698,75	1.012,00	1.115,40	3.826,15		9.589,63		0,00	9.053,60	9.589,63	18.643,23	
13º salário	85.189,40	9.259,59	13.885,95	0,00	0,00	0,00	0,00		13.885,95		0,00	9.259,59	13.885,95	23.145,54	
Total	1.082.715,60	118.876,60	176.319,21	20.196,84	10.225,40	1.115,40	31.537,64		144.781,57	100.563,37	55.784,71	18.313,23	88.996,86	107.310,09	

Obs.: O valor de R\$ 1.115,40 de salário-maternidade, no mês de dezembro, na verdade se refere a auxílio-reclusão



**PREFEITURA**

COMPETÊNCIA	BASE CÁLCULO	CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS		BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE					LÍQUIDO PATRONAL A REPASSAR	CONTRIBUIÇÕES REPASSADAS		CONTRIBUIÇÕES NÃO REPASSADAS		
		SERVIDOR	PATRONAL + ESPECIAL	SAL-FAMÍLIA	AUX-DOENÇA	SAL-MATERN	TOTAL	SERVIDOR		PATRONAL+ ESPECIAL	SERVIDOR	PATRONAL	TOTAL	
Janeiro	581.710,08	63.988,47	94.818,03	2.155,25	9.662,27	3.021,16	14.838,68	79.979,35	63.988,47	79.979,27	0,00	0,00	0,08	0,08
fevereiro	576.940,23	63.463,40	94.041,36	4.883,57	5.045,16	3.021,16	12.949,89	81.091,47	63.463,40	81.091,47	0,00	0,00	0,00	0,00
março	578.687,96	63.655,85	94.326,23	5.320,97	8.370,45	0,00	13.691,42	80.634,81	63.655,85	80.634,81	0,00	0,00	0,00	0,00
abril	577.081,29	63.479,10	94.064,39	5.162,96	7.841,39	4.486,62	17.490,97	76.573,42	63.479,10	76.573,42	0,00	0,00	0,00	0,00
maio	612.708,77	72.807,94	107.887,95	5.204,33	11.781,43	7.484,84	24.470,60	83.417,35	72.807,94	83.417,35	0,00	0,00	0,00	0,00
junho	665.035,24	73.153,93	108.400,68	4.894,14	10.324,50	7.484,64	22.703,28	85.697,40	73.153,93	0,00	0,00	0,00	85.697,40	85.697,40
julho	665.567,64	73.385,86	108.487,46	5.010,78	9.840,50	10.134,46	24.985,74	83.501,72	73.385,86	0,00	0,00	0,00	83.501,72	83.501,72
agosto	666.755,45	73.343,17	108.681,07	4.952,46	5.358,46	9.401,91	19.712,83	88.968,24	73.343,17	0,00	0,00	0,00	88.968,24	88.968,24
setembro	631.073,00	69.417,94	102.865,02	4.923,30	5.358,46	3.930,40	14.212,16	88.652,86	69.417,94	0,00	0,00	0,00	88.652,86	88.652,86
outubro	624.005,20	68.640,43	101.712,98	4.952,26	5.358,46	1.917,27	12.227,99	89.484,99	68.640,43	0,00	0,00	0,00	89.484,99	89.484,99
novembro	633.441,06	69.678,38	103.251,04	4.952,26	5.358,46	1.917,27	12.227,99	91.023,05	69.678,38	0,00	0,00	0,00	91.023,05	91.023,05
dezembro	630.080,04	69.308,68	102.703,18	4.835,82	2.948,00	0,00	7.783,82	94.919,36	78.362,28	105.826,30	-9.053,60	-10.906,94	-10.906,94	-19.960,54
13º salário	640.557,29	70.616,90	104.238,86	0,00	0,00	0,00	0,00	104.238,86	79.704,91	118.124,81	-9.088,01	-13.885,95	-13.885,95	-22.973,96
<b>total</b>	<b>8.083.643,25</b>	<b>894.940,05</b>	<b>1.325.478,25</b>	<b>57.248,10</b>	<b>87.247,54</b>	<b>52.799,73</b>	<b>197.295,37</b>	<b>1.128.182,88</b>	<b>913.081,66</b>	<b>625.647,43</b>	<b>-18.141,61</b>	<b>502.535,45</b>	<b>484.393,84</b>	

**CÂMARA**

COMPETÊNCIA	BASE CÁLCULO	CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS		BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE					LÍQUIDO PATRONAL A REPASSAR	CONTRIBUIÇÕES REPASSADAS		CONTRIBUIÇÕES NÃO REPASSADAS		
		SERVIDOR	PATRONAL + ESPECIAL	SAL-FAMÍLIA	AUX-DOENÇA	SAL-MATERN	TOTAL	SERVIDOR		PATRONAL+ ESPECIAL	SERVIDOR	PATRONAL	TOTAL	
Janeiro	5.280,00	580,80	851,14	116,64	0,00	0,00	116,64	734,50	580,80	734,50	0,00	0,00	0,00	
fevereiro	5.280,00	580,80	851,14	116,64	0,00	0,00	116,64	734,50	580,80	734,50	0,00	0,00	0,00	
março	5.280,00	580,80	851,14	116,64	0,00	0,00	116,64	734,50	580,80	734,50	0,00	0,00	0,00	
abril	5.280,00	580,80	851,14	116,64	0,00	0,00	116,64	734,50	580,80	734,50	0,00	0,00	0,00	
maio	5.280,00	580,80	851,14	116,64	0,00	0,00	116,64	734,50	580,80	734,50	0,00	0,00	0,00	
junho	5.280,00	580,80	851,14	116,64	0,00	0,00	116,64	734,50	580,80	734,50	0,00	0,00	0,00	
julho	5.280,00	580,80	851,14	116,64	0,00	0,00	116,64	734,50	580,80	734,50	0,00	0,00	0,00	
agosto	5.280,00	580,80	851,14	116,64	0,00	0,00	116,64	734,50	580,80	734,50	0,00	0,00	0,00	
setembro	5.280,00	580,80	851,14	116,64	0,00	0,00	116,64	734,50	580,80	734,50	0,00	0,00	0,00	
outubro	5.280,00	580,80	851,14	116,64	0,00	0,00	116,64	734,50	580,80	734,50	0,00	0,00	0,00	
novembro	5.280,00	580,80	851,14	116,64	0,00	0,00	116,64	734,50	580,80	734,50	0,00	0,00	0,00	
dezembro	5.280,00	580,80	851,14	116,64	0,00	0,00	116,64	734,50	580,80	734,50	0,00	0,00	0,00	
13º salário	5.280,00	580,80	851,14	0,00	0,00	0,00	0,00	851,14	580,80	734,50	0,00	116,64	116,64	
<b>total</b>	<b>68.640,00</b>	<b>7.550,40</b>	<b>11.064,82</b>	<b>1.399,68</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.399,68</b>	<b>9.665,14</b>	<b>7.550,40</b>	<b>9.548,50</b>	<b>0,00</b>	<b>116,64</b>	<b>116,64</b>	

Obs.: O valor referente a parte patronal foi R\$ 692,74 (13,12%) e a parte do custo especial foi R\$ 158,40 (3,00%)





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cb9f2d94-3b3d-423d-ac76-b3d3ec9d7aca

### **APÊNDICE 3**

## **CONTRIBUIÇÕES REPASSADAS EM ATRASOS**

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE SANTA CRUZ  
EXERCÍCIO – 2016  
DEMONSTRATIVOS DE RECOLHIMENTOS – DR



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
Acesse em: <https://stce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cb9f2d94-3b3d-423d-ac76-b3d3ec9d7aca

PATRONAL + ESPECIAL – PREFEITURA, FMAS E FMS

JANEIRO

DEPARTAMENTO	VALOR	SALÁRIO FAMILIA	AUXÍLIO-DOENÇA	SALÁRIO-MATERNIDADE	TOTAL	LÍQUIDO	DATA REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	5.214,76	726,00	1.064,70	0,00	1.790,70	3.424,06	29/02/16	SIM
Agentes de Endemias	1.041,27	116,64	0,00	0,00	116,64	924,63	11/05/16	SIM
Prefeitura	7.463,10	1.091,13	924,00	0,00	2.015,13	5.447,97	11/02/16	SIM
FUNDEB 60%	64.436,90	0,00	7.682,25	2.097,16	9.779,41	54.657,49	12/02/16	SIM
FUNDEB 40%	22.588,12	1.005,80	1.056,00	924,00	2.985,80	19.602,32	12/02/16	SIM
FNS	7.405,95	699,84	0,00	0,00	699,84	6.706,11	12/02/16	SIM
FMAS	1.456,17	174,96	0,00	0,00	174,96	1.281,21	11/02/16	SIM
Prefeitura	329,91	58,32	0,00	0,00	58,32	271,59	11/02/16	SIM
<b>TOTAL DR</b>	<b>109.936,18</b>	<b>3.872,69</b>	<b>10.726,95</b>	<b>3.021,16</b>	<b>17.620,80</b>	<b>92.315,38</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>109.936,99</b>							
<b>DIFERENÇA</b>	<b>-0,81</b>							

FEVEREIRO

DEPARTAMENTO	VALOR	SALÁRIO FAMILIA	AUXÍLIO-DOENÇA	SALÁRIO-MATERNIDADE	TOTAL	LÍQUIDO	DATA REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	5.214,76	583,20	1.064,70	0,00	1.647,90	3.566,86	11/05/16	SIM
Agentes de Endemias	1.041,27	204,12	0,00	0,00	204,12	837,15	11/05/16	SIM
Prefeitura	7.463,91	916,17	924,00	0,00	1.840,17	5.623,74	12/04/16	SIM
FUNDEB 60%	63.658,84	0,00	2.097,16	2.097,16	4.194,32	59.464,52	15/03/16	SIM
FUNDEB 40%	22.588,70	3.909,08	2.024,00	924,00	6.857,08	15.731,62	15/03/16	SIM
FNS	7.405,95	894,48	1.012,00	0,00	1.906,48	5.499,47	12/04/16	SIM
FMAS	1.456,17	116,64	0,00	0,00	116,64	1.339,53	12/05/16	SIM
Prefeitura	329,91	58,32	0,00	0,00	58,32	271,59	12/04/16	SIM
<b>TOTAL DR</b>	<b>109.159,51</b>	<b>6.682,01</b>	<b>7.121,86</b>	<b>3.021,16</b>	<b>16.825,03</b>	<b>92.334,48</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>109.159,51</b>							
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,00</b>							

MARÇO

DEPARTAMENTO	VALOR	SALÁRIO FAMILIA	AUXÍLIO-DOENÇA	SALÁRIO-MATERNIDADE	TOTAL	LÍQUIDO	DATA REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	5.041,21	729,00	0,00	0,00	729,00	4.312,21	12/04/16	SIM
Agentes de Endemias	1.041,27	204,12	0,00	0,00	204,12	837,15	12/04/16	SIM
Prefeitura	7.463,91	1.120,29	924,00	0,00	2.044,29	5.419,62	12/04/16	SIM
FUNDEB 60%	63.771,52	0,00	4.893,39	0,00	4.893,39	58.878,13	12/04/16	SIM
FUNDEB 40%	22.760,89	4.142,36	2.553,06	0,00	6.695,42	16.065,47	12/04/16	SIM
FNS	7.441,88	816,48	0,00	0,00	816,48	6.625,40	12/04/16	SIM
FMAS	1.456,17	199,38	506,00	0,00	705,38	750,79	12/04/16	SIM
Prefeitura	329,91	58,32	0,00	0,00	58,32	271,59	12/04/16	SIM
<b>TOTAL DR</b>	<b>109.306,76</b>	<b>7.269,95</b>	<b>8.876,45</b>	<b>0,00</b>	<b>16.146,40</b>	<b>93.160,36</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>109.306,76</b>							
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,00</b>							

ABRIL

DEPARTAMENTO	VALOR	SALÁRIO FAMILIA	AUXÍLIO-DOENÇA	SALÁRIO-MATERNIDADE	TOTAL	LÍQUIDO	DATA REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	5.041,21	670,68	0,00	0,00	670,68	4.370,53	15/06/16	SIM
Agentes de Endemias	1.041,27	204,12	0,00	0,00	204,12	837,15	15/06/16	SIM
Prefeitura	7.463,91	1.091,13	924,00	0,00	2.015,13	5.448,78	10/06/16	SIM
FUNDEB 60%	63.513,85	0,00	4.893,39	4.486,62	9.380,01	54.133,84	13/06/16	SIM
FUNDEB 40%	22.756,72	4.013,51	2.024,00	0,00	6.037,51	16.719,21	13/06/16	SIM
FNS	7.405,95	758,16	0,00	0,00	758,16	6.647,79	10/06/16	SIM
FMAS	1.455,93	174,96	0,00	1.012,00	1.186,96	268,97	10/06/16	SIM
Prefeitura	329,91	58,32	0,00	0,00	58,32	271,59	10/06/16	SIM
<b>TOTAL DR</b>	<b>109.008,75</b>	<b>6.970,88</b>	<b>7.841,39</b>	<b>5.498,62</b>	<b>20.310,89</b>	<b>88.697,86</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>109.008,75</b>							
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,00</b>							

MAIO

DEPARTAMENTO	VALOR	SALÁRIO FAMILIA	AUXÍLIO-DOENÇA	SALÁRIO-MATERNIDADE	TOTAL	LÍQUIDO	DATA REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	5.041,21	729,00	0,00	0,00	729,00	4.312,21	06/09/16	SIM
Agentes de Endemias	1.041,27	204,12	0,00	0,00	204,12	837,15	06/09/16	SIM
Prefeitura	7.587,35	1.061,97	924,00	0,00	1.985,97	5.601,38	29/07/16	SIM
FUNDEB 60%	77.213,97	0,00	7.865,43	7.484,64	15.350,07	61.863,90	29/07/16	SIM
FUNDEB 40%	22.756,72	4.084,04	2.992,00	0,00	7.076,04	15.680,68	29/07/16	SIM
FNS	7.405,95	853,11	506,00	0,00	1.359,11	6.046,84	29/07/16	SIM
FMAS	1.455,93	174,96	0,00	1.012,00	1.186,96	268,97	11/11/16	SIM
Prefeitura	329,91	58,32	0,00	0,00	58,32	271,59	29/07/16	SIM
<b>TOTAL DR</b>	<b>122.832,31</b>	<b>7.165,52</b>	<b>12.287,43</b>	<b>8.496,64</b>	<b>27.949,59</b>	<b>94.882,72</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>122.832,31</b>							
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,00</b>							





## DEZEMBRO

DEPARTAMENTO	VALOR	SALÁRIO FAMÍLIA	AUXÍLIO-DOENÇA	SALÁRIO-MATERNIDADE	TOTAL	LÍQUIDO	DATA REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	6.132,08	641,52	204,12	1.115,40	1.961,04	4.171,04	28/12/16	NÃO
Agentes de Endemias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Prefeitura	7.525,63	916,17	924,00	0,00	1.840,17	5.685,46	20/02/17	SIM
FUNDEB 60%	72.090,92	0,00	0,00	0,00	0,00	72.090,92	19/01 e 20/02/17	SIM
FUNDEB 40%	22.756,72	3.861,33	2.024,00	0,00	5.885,33	16.871,39	20/02/17	SIM
FNS	7.283,70	853,11	1.012,00	0,00	1.865,11	5.418,59	20/02/17	SIM
FMAS	1.463,11	145,80	0,00	0,00	145,80	1.317,31	20/02/17	SIM
Prefeitura	329,91	58,32	0,00	0,00	58,32	271,59	20/02/17	SIM
<b>TOTAL DR</b>	<b>117.582,07</b>	<b>6.476,25</b>	<b>4.164,12</b>	<b>1.115,40</b>	<b>11.755,77</b>	<b>105.826,30</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>117.582,07</b>							
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,00</b>							

Obs.: Agentes Comunitários tem R\$ 1.115,40 em Salário-Maternidade, mas se refere a Auxílio-Reclusão.

Obs.: Agentes comunitários e Agentes de endemias estão juntos.

## 13º SALÁRIO

DEPARTAMENTO	VALOR	SALÁRIO FAMÍLIA	AUXÍLIO-DOENÇA	SALÁRIO-MATERNIDADE	TOTAL	LÍQUIDO	DATA REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	5.066,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.066,00	21/12/16	NÃO
Agentes de Endemias	884,27	0,00	0,00	0,00	0,00	884,27	22/12/16	NÃO
Prefeitura	7.690,58	0,00	0,00	0,00	0,00	7.690,58	21/12/16	NÃO
FUNDEB 60%	73.635,73	0,00	0,00	0,00	0,00	73.635,73	21/12/16	NÃO
FUNDEB 40%	22.756,72	0,00	0,00	0,00	0,00	22.756,72	21/12/16	NÃO
FNS	7.770,73	0,00	0,00	0,00	0,00	7.770,73	21/12/16	NÃO
FMAS	1.463,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.463,11	21/12/16	NÃO
Prefeitura	320,78	0,00	0,00	0,00	0,00	320,78	22/12/16	NÃO
<b>TOTAL DR</b>	<b>119.587,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>119.587,92</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>119.609,07</b>							
<b>DIFERENÇA</b>	<b>-21,15</b>							



FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE SANTA CRUZ  
EXERCÍCIO – 2016  
DEMONSTRATIVOS DE RECOLHIMENTOS – DR

SERVIDORES – PREFEITURA, FMAS e FMS

JANEIRO

DEPARTAMENTO	VALOR	DATA DO REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	3.519,17	05/02/16	NÃO
Agentes de Endemias	702,69	11/05/16	SIM
Prefeitura	5.037,00	29/01/16	NÃO
FUNDEB 60%	43.485,03	29/01/16	NÃO
FUNDEB 40%	15.243,80	29/01/16	NÃO
FNS	4.997,89	29/01/16	NÃO
FMAS	982,69	29/01/16	NÃO
Prefeitura	222,64	10/03/16	SIM
<b>TOTAL DR</b>	<b>74.190,91</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>74.190,70</b>		
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,21</b>		

MARÇO

DEPARTAMENTO	VALOR	DATA DO REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	3.402,05	11/05/16	SIM
Agentes de Endemias	702,69	11/05/16	SIM
Prefeitura	5.037,00	30/03/16	NÃO
FUNDEB 60%	43.036,02	30/03/16	NÃO
FUNDEB 40%	15.360,19	30/03/16	NÃO
FNS	5.022,13	30/03/16	NÃO
FMAS	982,69	30/03/16	NÃO
Prefeitura	222,64	12/05/16	SIM
<b>TOTAL DR</b>	<b>73.765,41</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>73.765,41</b>		
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,00</b>		

MAIO

DEPARTAMENTO	VALOR	DATA DO REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	3.402,05	09/06/16	NÃO
Agentes de Endemias	702,69	14/07/16	SIM
Prefeitura	5.120,31	30/05/16	NÃO
FUNDEB 60%	52.107,67	30/05/16	NÃO
FUNDEB 40%	15.357,32	30/05/16	NÃO
FNS	4.997,89	30/05/16	NÃO
FMAS	982,52	30/05/16	NÃO
Prefeitura	222,64	07/06/16	NÃO
<b>TOTAL DR</b>	<b>82.893,09</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>82.893,09</b>		
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,00</b>		

JULHO

DEPARTAMENTO	VALOR	DATA DO REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	3.418,78	03/08/16	NÃO
Agentes de Endemias	719,43	05/10/16	SIM
Prefeitura	5.120,31	27/07/16	NÃO
FUNDEB 60%	52.680,27	27/07/16	NÃO
FUNDEB 40%	15.362,64	27/07/16	NÃO
FNS	5.006,24	27/07/16	NÃO
FMAS	987,36	27/07/16	NÃO
Prefeitura	222,64	11/08/17	SIM
<b>TOTAL DR</b>	<b>83.517,67</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>83.517,67</b>		
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,00</b>		

SETEMBRO

DEPARTAMENTO	VALOR	DATA DO REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	3.418,78	05/10/16	NÃO
Agentes de Endemias	719,43	05/10/16	NÃO
Prefeitura	5.078,65	30/09/16	NÃO
FUNDEB 60%	48.759,33	04/10/16	NÃO
FUNDEB 40%	15.357,32	04/10/16	NÃO
FNS	4.997,89	11/10/16	NÃO
FMAS	987,36	11/10/16	NÃO
Prefeitura	222,64	?	
<b>TOTAL DR</b>	<b>79.541,40</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>79.541,40</b>		
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,00</b>		

NOVEMBRO

DEPARTAMENTO	VALOR	DATA DO REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	3.418,78	06/12/16	NÃO
Agentes de Endemias	719,43	23/12/16	SIM
Prefeitura	5.078,65	30/11/16	NÃO
FUNDEB 60%	48.909,77	30/11 e 12/12	NÃO
FUNDEB 40%	15.357,32	30/11/16	NÃO
FNS	5.037,11	30/11/16	NÃO
FMAS	987,36	30/11/16	NÃO
Prefeitura	332,64	12/12/16	NÃO
<b>TOTAL DR</b>	<b>79.841,06</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>79.841,66</b>		
<b>DIFERENÇA</b>	<b>-0,60</b>		

FEVEREIRO

DEPARTAMENTO	VALOR	DATA DO REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	3.519,17	11/05/16	SIM
Agentes de Endemias	702,69	11/05/16	SIM
Prefeitura	5.037,00	29/02/16	NÃO
FUNDEB 60%	42.959,96	29/02/16	NÃO
FUNDEB 40%	15.243,80	29/02/16	NÃO
FNS	4.997,87	29/02/16	NÃO
FMAS	982,69	29/02/16	NÃO
Prefeitura	222,64	29/02/16	NÃO
<b>TOTAL DR</b>	<b>73.665,82</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>73.666,02</b>		
<b>DIFERENÇA</b>	<b>-0,20</b>		

ABRIL

DEPARTAMENTO	VALOR	DATA DO REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	3.402,05	11/05/16	SIM
Agentes de Endemias	702,69	09/06/16	SIM
Prefeitura	5.037,00	27/04/16	NÃO
FUNDEB 60%	42.862,14	27/04/16	NÃO
FUNDEB 40%	15.357,32	27/04/16	NÃO
FNS	4.997,89	27/04/16	NÃO
FMAS	982,52	27/04/16	NÃO
Prefeitura	222,64	18/05/16	SIM
<b>TOTAL DR</b>	<b>73.564,25</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>73.564,25</b>		
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,00</b>		

JUNHO

DEPARTAMENTO	VALOR	DATA DO REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	3.402,05	05/07/16	NÃO
Agentes de Endemias	719,43	11/08/16	SIM
Prefeitura	5.120,31	12/07/16	SIM
FUNDEB 60%	52.506,90	29/06/16	NÃO
FUNDEB 40%	15.304,08	29/06/16	NÃO
FNS	4.942,23	12/07/16	SIM
FMAS	987,36	29/06/16	NÃO
Prefeitura	222,64	12/07/16	SIM
<b>TOTAL DR</b>	<b>83.205,00</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>83.205,00</b>		
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,00</b>		

AGOSTO

DEPARTAMENTO	VALOR	DATA DO REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	3.418,78	06/09/16	NÃO
Agentes de Endemias	719,43	06/09/16	NÃO
Prefeitura	5.120,31	30/08/16	NÃO
FUNDEB 60%	52.642,90	30/08/16	NÃO
FUNDEB 40%	15.357,32	30/08/16	NÃO
FNS	4.997,89	30/08/16	NÃO
FMAS	987,36	30/08/16	NÃO
Prefeitura	222,64	14/09/16	SIM
<b>TOTAL DR</b>	<b>83.466,63</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>83.466,63</b>		
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,00</b>		

OUTUBRO

DEPARTAMENTO	VALOR	DATA DO REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	3.418,78	09/11/16	NÃO
Agentes de Endemias	719,43	?	
Prefeitura	5.078,65	31/10/16	NÃO
FUNDEB 60%	47.981,82	31/10 e 08/11	NÃO
FUNDEB 40%	15.357,32	31/10/16	NÃO
FNS	4.997,89	31/10/16	NÃO
FMAS	987,36	31/10/16	NÃO
Prefeitura	222,64	?	
<b>TOTAL DR</b>	<b>78.763,89</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>78.763,89</b>		
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,00</b>		

DEZEMBRO

DEPARTAMENTO	VALOR	DATA DO REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	3.418,78	28/12/16	NÃO
Agentes de Endemias	719,43	20/02/16	SIM
Prefeitura	5.078,65	19/01/17	SIM
FUNDEB 60%	48.650,07	29/12 e 09/12/17	SIM
FUNDEB 40%	15.357,32	29/12/16	NÃO
FNS	4.915,39	19/01/17	SIM
FMAS	987,36	19/01/17	SIM
Prefeitura	222,64	28/12/16	NÃO
<b>TOTAL DR</b>	<b>79.349,64</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>79.349,64</b>		
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,00</b>		



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cb9f2d94-3b3d-423d-ac76-b3d3ec9d7aca

13º SALÁRIO

DEPARTAMENTO	VALOR	DATA DO REPASSE	ATRASSO
Agentes Comunitários de Saúde	3.418,78	28/12/16	NÃO
Agentes de Endemias	596,74	22/12/16	NÃO
Prefeitura	5.244,07	21/12/16	NÃO
FUNDEB 60%	49.692,55	21/12, 26/12 e 28/12	NÃO
FUNDEB 40%	15.347,64	21/12/16	NÃO
FNS	4.977,01	21/12/16	NÃO
FMAS	987,36	21/12/16	NÃO
Prefeitura	332,64	22/12/16	NÃO
<b>TOTAL DR</b>	<b>80.596,79</b>		
<b>TOTAL FOLHA</b>	<b>80.692,27</b>		
<b>DIFERENÇA</b>	<b>-95,48</b>		



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cb9f2d94-3b3d-423d-ac76-b3d3ec9d7aca

## **APÊNDICE 4**

### **PARCELAS PAGAS DOS TERMOS DE PARCELAMENTO**



**TERMO DE PARCELAMENTO: N° 2823, de 25/10/2013**

Competência	02/2010 a 02/2013					
Diferença apurada	1.700.756,88					
Total de parcelas	240					
Lei Autorizativa	370/2013					
Contribuição	Patronal					
Dia Pagamento	30					
NÚMERO	DATA DO REPASSE	DATA VENCIMENTO	VALOR DA PARCELA	JUROS+MULTAS+ ATUALIZAÇÃO	VALOR DEVIDO	VALOR PAGO
27	12/04/16	30/01/16	9.686,39	876,35	10.562,74	10.506,40
28	12/04/16	29/02/16	9.876,08	635,20	10.511,28	10.466,52
29	12/05/16	30/03/16	10.013,53	612,07	10.625,60	10.625,60
30	10/06/16	30/04/16	10.101,26	674,66	10.775,92	10.672,92
31	29/07/16	30/05/16	10.210,66	663,02	10.873,68	10.873,68
32	14/09/16	30/06/16	10.355,15	775,31	11.130,46	10.923,03
33	17/10/16	30/07/16	10.448,49	738,83	11.187,32	11.039,79
34	03/11/16	30/08/16	10.560,49	695,14	11.255,63	11.130,94
35	11/11/16	30/09/16	10.638,93	559,35	11.198,28	11.179,64
36	14/12/16	30/10/16	10.692,56	561,06	11.253,62	11.253,62
37	14/12/16	30/11/16	10.756,35	437,94	11.194,29	11.247,26
38	15/02/16	30/12/16	10.809,32	602,82	11.412,14	10.809,32
<b>TOTAL</b>			<b>124.149,21</b>	<b>7.831,75</b>	<b>131.980,96</b>	<b>130.728,72</b>

**TERMO DE PARCELAMENTO: N° 2824, de 31/12/2013**

Competência	03/2013 a 11/2013					
Diferença apurada	763.021,07					
Total de parcelas	60					
Lei Autorizativa	370/2013					
Contribuição	Patronal					
Dia Pagamento	31					
NÚMERO	DATA DO REPASSE	DATA VENCIMENTO	VALOR DA PARCELA	JUROS+MULTAS+ ATUALIZAÇÃO	VALOR DEVIDO	VALOR PAGO
25	12/04/16	31/01/16	17.033,49	1.541,05	18.574,54	18.493,05
26	12/04/16	29/02/16	17.367,86	1.117,05	18.484,91	18.406,20
27	12/05/16	31/03/16	17.609,25	1.076,35	18.685,60	18.685,60
28	10/06/16	30/04/16	17.765,12	1.186,51	18.951,63	18.770,48
29	29/07/16	31/05/16	17.956,61	1.166,01	19.122,62	19.122,62
30	29/07/16	30/06/16	18.211,99	815,79	19.027,78	19.210,76
31	17/10/16	31/07/16	18.377,83	1.299,53	19.677,36	19.417,87
32	03/11/16	31/08/16	18.575,39	1.222,71	19.798,10	19.578,77
33	11/11/16	30/09/16	18.713,24	983,84	19.697,08	19.664,32
34	14/12/16	31/10/16	18.808,44	986,92	19.795,36	19.795,36
35	14/12/16	30/11/16	18.921,68	770,38	19.692,06	19.692,06
36	15/02/17	31/12/16	19.014,21	1.060,38	20.074,59	19.014,21
<b>TOTAL</b>			<b>218.355,11</b>	<b>13.226,52</b>	<b>231.581,63</b>	<b>229.851,30</b>



**TERMO DE PARCELAMENTO: Nº 250, de 02/01/2014**

Competência	12/2013 a 13/2013					
Diferença apurada	178.809,80					
Total de parcelas	60					
Lei Autorizativa	370/2013					
Contribuição	Patronal					
Dia Pagamento	28					
NÚMERO	DATA DO REPASSE	DATA VENCIMENTO	VALOR DA PARCELA	JUROS+MULTAS+ ATUALIZAÇÃO	VALOR DEVIDO	VALOR PAGO
24	10/03/16	28/01/16	3.945,59	297,66	4.243,25	4.204,24
25	10/06/16	28/02/16	4.022,88	410,02	4.432,90	4.349,61
26	10/06/16	28/03/16	4.079,15	332,56	4.411,71	4.369,71
27	10/06/16	28/04/16	4.115,12	274,85	4.389,97	4.348,00
28	29/07/16	28/05/16	4.159,76	270,12	4.429,88	4.429,88
29	28/06/16	28/06/16	4.218,95	0,00	4.218,95	4.450,32
30	17/10/16	28/07/16	4.257,24	301,03	4.558,27	4.498,16
31	03/11/16	28/08/16	4.303,30	283,27	4.586,57	4.535,75
32	11/11/16	28/09/16	4.335,41	226,94	4.562,35	4.555,76
33	14/12/16	28/10/16	4.357,57	228,65	4.586,22	4.586,22
34	14/12/16	28/11/16	4.383,59	178,47	4.562,06	4.562,06
35	15/02/17	28/12/16	4.405,47	245,68	4.651,15	4.537,63
<b>TOTAL</b>			<b>50.584,03</b>	<b>3.049,25</b>	<b>53.633,28</b>	<b>53.427,34</b>

**TERMO DE PARCELAMENTO: Nº 1034, de 25/11/2014**

Competência	05/2012 a 12/2012					
Diferença apurada	216.996,74					
Total de parcelas	60					
Lei Autorizativa	370/2013					
Contribuição	Patronal					
Dia Pagamento	25					
NÚMERO	DATA DO REPASSE	DATA VENCIMENTO	VALOR DA PARCELA	JUROS+MULTAS+ ATUALIZAÇÃO	VALOR DEVIDO	VALOR PAGO
14	12/04/16	25/01/16	4.355,82	394,09	4.749,91	4.729,07
15	10/06/16	25/02/16	4.442,27	452,77	4.895,04	4.803,06
16	10/06/16	25/03/16	4.505,11	367,29	4.872,40	4.826,03
17	10/06/16	25/04/16	4.545,98	303,62	4.849,60	4.803,24
18	29/07/16	25/05/16	4.596,10	298,44	4.894,54	4.894,54
19	14/09/16	25/06/16	4.662,73	349,11	5.011,84	4.918,43
20	17/10/16	25/07/16	4.705,90	332,76	5.038,66	4.972,22
21	03/11/16	25/08/16	4.757,65	313,16	5.070,81	5.014,64
22	11/11/16	25/09/16	4.794,05	252,05	5.046,10	5.037,71
23	14/12/16	25/10/16	4.819,26	252,88	5.072,14	10.144,28
24	14/12/16	25/11/16	4.848,97	197,42	5.046,39	5.046,39
25		25/12/16	4.874,29	554,29	5.428,58	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>55.908,13</b>	<b>3.513,59</b>	<b>59.976,01</b>	<b>59.189,61</b>



**TERMO DE PARCELAMENTO: N° 326, de 08/04/2015**

Competência	09/2005 a 13/2005					
Diferença apurada	143.675,05					
Total de parcelas	240					
Lei Autorizativa	370/2013 e 404/2015					
Contribuição	Patronal					
Dia Pagamento	11					
NÚMERO	DATA DO REPASSE	DATA VENCIMENTO	VALOR DA PARCELA	JUROS+MULTAS+ ATUALIZAÇÃO	VALOR DEVIDO	VALOR PAGO
9	12/02/16	11/01/16	668,01	37,01	705,02	704,82
10	10/06/16	11/02/16	681,39	69,45	750,84	743,68
11	10/06/16	11/03/16	691,13	56,35	747,48	740,35
12	10/06/16	11/04/16	697,46	46,58	744,04	736,93
13	29/07/16	11/05/16	705,21	45,79	751,00	751,00
14	14/09/16	11/06/16	715,43	53,57	769,00	754,66
15	17/10/16	11/07/16	722,20	51,07	773,27	763,06
16	03/11/16	11/08/16	730,21	48,06	778,27	769,65
17	11/11/16	11/09/16	735,86	38,69	774,55	773,26
18	14/12/16	11/10/16	739,84	38,83	778,67	778,67
19	14/12/16	11/11/16	744,48	30,31	774,79	783,31
20	15/02/17	11/12/16	748,41	41,74	790,15	770,86
<b>TOTAL</b>			<b>8.579,63</b>	<b>557,45</b>	<b>9.137,08</b>	<b>9.070,25</b>

**TERMO DE PARCELAMENTO: N° 327, de 08/04/2015**

Competência	09/2005 a 13/2005					
Diferença apurada	187.402,58					
Total de parcelas	60					
Lei Autorizativa	370/2013 e 404/2015					
Contribuição	Servidores					
Dia Pagamento	11					
NÚMERO	DATA DO REPASSE	DATA VENCIMENTO	VALOR DA PARCELA	JUROS+MULTAS+ ATUALIZAÇÃO	VALOR DEVIDO	VALOR PAGO
9	12/02/16	11/01/16	3.485,23	193,09	3.678,32	3.677,26
10	12/02/16	11/02/16	3.555,03	106,65	3.661,68	3.608,56
11	10/06/16	11/03/16	3.605,90	293,98	3.899,88	3.862,75
12	10/06/16	11/04/16	3.638,88	243,04	3.881,92	3.843,95
13	29/07/16	11/05/16	3.679,33	238,92	3.918,25	3.918,25
14	14/09/16	11/06/16	3.732,70	279,47	4.012,17	3.937,40
15	17/10/16	11/07/16	3.767,94	266,44	4.034,38	3.981,17
16	03/08/16	11/08/16	3.809,75	0,00	3.809,75	4.015,55
17	11/11/16	11/09/16	3.839,25	201,86	4.041,11	4.034,38
18	14/12/16	11/10/16	3.860,01	202,54	4.062,55	4.062,55
19	14/12/16	11/11/16	3.884,21	158,14	4.042,35	4.042,35
20	15/02/17	11/12/16	3.904,69	217,76	4.122,45	4.021,83
<b>TOTAL</b>			<b>44.762,92</b>	<b>2.401,89</b>	<b>47.164,81</b>	<b>47.006,00</b>





**TERMO DE PARCELAMENTO: Nº 356, de 14/05/2015**

Competência	01/2006 a 13/2008					
Diferença apurada	166.382,87					
Total de parcelas	60					
Lei Autorizativa	404/2015					
Contribuição	Servidores					
Dia Pagamento	14					
NÚMERO	DATA DO REPASSE	DATA VENCIMENTO	VALOR DA PARCELA	JUROS+MULTAS+ ATUALIZAÇÃO	VALOR DEVIDO	VALOR PAGO
8	12/02/16	14/01/16	3.057,87	169,41	3.227,28	3.227,28
9	10/06/16	14/02/16	3.118,94	317,89	3.436,83	3.436,83
10	10/06/16	14/03/16	3.163,57	257,92	3.421,49	3.421,49
11	10/06/16	14/04/16	3.192,67	213,23	3.405,90	3.405,90
12	29/07/16	14/05/16	3.228,38	209,64	3.438,02	3.438,02
13	14/09/16	14/06/16	3.275,50	245,24	3.520,74	3.455,13
14	17/10/16	14/07/16	3.306,31	233,80	3.540,11	3.493,42
15	03/11/16	14/08/16	3.342,93	220,05	3.562,98	3.523,51
16	11/11/16	14/09/16	3.368,95	177,12	3.546,07	3.540,18
17	14/12/16	14/10/16	3.387,26	177,74	3.565,00	3.565,00
18	14/12/16	14/11/16	3.408,62	138,78	3.547,40	3.547,40
19	15/02/17	14/12/16	3.426,68	191,10	3.617,78	3.529,48
<b>TOTAL</b>			<b>39.277,68</b>	<b>2.551,92</b>	<b>41.829,60</b>	<b>41.583,64</b>

**TERMO DE PARCELAMENTO: Nº 1048, de 14/12/2016**

Competência	06/2016 a 11/2016					
Diferença apurada	626.836,56					
Total de parcelas	60					
Lei Autorizativa	370/2013 e 404/2015					
Contribuição	Patronal					
Dia Pagamento	30					
NÚMERO	DATA DO REPASSE	DATA VENCIMENTO	VALOR DA PARCELA	JUROS+MULTAS+ ATUALIZAÇÃO	VALOR DEVIDO	VALOR PAGO
01		30/12/16	12.262,03	1.394,39	13.656,42	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>12.262,03</b>	<b>1.394,39</b>	<b>13.656,42</b>	<b>0,00</b>



## RESUMO DAS MULTAS, JUROS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

TERMO	VALOR
2823/2013	7.831,75
2824/2013	13.226,52
250/2014	3.049,25
1034/2014	3.513,59
326/2015	557,45
327/2015	2.401,89
356/2015	2.551,92
<b>TOTAL</b>	<b>33.132,37</b>

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO CARLOS CAMILO CARLINI NETO  
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: cb9f2d94-3b3d-423d-ac76-b3d3ec9d7aca